

A DOMINAÇÃO DO CAPITAL FICTÍCIO

Victor Meyer¹

Em artigo recente nesta Gazeta, a Professora Adelaide Lima apresentou uma visão panorâmica das *transformações recentes do circuito financeiro internacional*. O cenário traçado instiga desdobramentos ao tema, sob outros ângulos. Por exemplo, uma apreciação quanto à dinâmica atual do capital financeiro, que avança sob a dominação do *capital fictício* - e uma primeira aproximação à inserção do Brasil nesse processo.

Ressalve-se que a denominação de *capital fictício* vem de Marx, que distinguiu o capital de empréstimo (aquele que se amplia com uma parte do lucro obtido pelo capital produtivo) dessa outra forma de capital financeiro, cuja valorização se dá por conta de expectativas, sem vínculos diretos com a produção.

Embora o capital fictício acompanhe a evolução do capitalismo desde os seus primórdios, a particularidade do seu comportamento no mundo de hoje está no seu dinamismo, no seu peso específico dentro do capital financeiro em geral e na sua capacidade de penetrar em todas as esferas da economia. Os principais condutores do capital fictício são os títulos de dívida pública, os títulos de dívida de qualquer natureza, as ações negociadas nas bolsas e a própria moeda de crédito emitida pelos bancos - sem um lastro nos depósitos respectivos.

Efetivamente, especialistas em finanças internacionais assinalam em destaque o fato de que a oferta de crédito colocado à disposição dos tomadores, a nível mundial, aumenta mais rapidamente que os depósitos captados pelo correspondente sistema bancário. Esse é, na verdade, um fato altamente significativo quanto à natureza atual do crédito internacionalizado. É uma manifestação do poder emissor dos bancos internacionais, uma demonstração da sua capacidade de criar moeda. Nesse contexto os bancos se firmam, seja por meio do interbancário ou através do seu envolvimento com a chamada *indústria de fundos*, com as transações à base de títulos (*securitization*), como um dos mais eficientes focos de difusão do capital fictício.

Como se sabe, nos anos 90 a América Latina reingressou nas correntes mundiais de capital financeiro, depois do longo intervalo representado pela crise da dívida. O Brasil, também nesses anos, descobriu as novas vias de captação de recursos em divisas. Com essas redescobertas, os *emergentes* da América Latina - o Brasil entre eles - seguiam o curso dos grandes condutores de capital fictício. Tratava-se de um encontro histórico facilmente compreensível.

Porque, por um lado, o centro do sistema mundial precisava de novas áreas de expansão para uma riqueza patrimonial em perigosa deflação, mergulhada nos desdobramentos, ainda, do *crash* de 1987. Simultaneamente, os chamados países emergentes, entre eles o Brasil, despontavam ávidos por capital financeiro, oferecendo elevadas taxas de juros para os seus títulos de dívida pública e promovendo privatizações altamente atraentes.

O momento da inserção brasileira na nova dinâmica internacional pode ser localizado, alternativamente, em várias datas, entre elas a da decretação do Plano Real. Sob a égide do citado Plano, cresce aceleradamente a captação externa via mercado de capitais - e crescem as privatizações. A alta da taxa de juros viabiliza ambos os movimentos, daí resultando a elevação do deficit público, puxado pelas despesas financeiras, recrudescendo-se o círculo vicioso da emissão de títulos públicos, esse *condutor por excelência* de capital fictício.

¹ Economista, Doutor em Administração Pública pela Universidade de Paris VIII. Foi Professor do Dep. de Ciências Humanas e Filosofia da UEFES (Feira de Santana/BA) e Professor de Economia da UCSal (Salvador/BA). Falecido em 16 de abril de 2001, aos 52 anos. Mais informações em <http://www.centrovictormeyer.org.br> > Acervos > Arquivo Victor Meyer.

Tem razão o economista americano Robert Guttman, quando generaliza e define precisamente o fenômeno da dominação mundial do capital fictício. A dinâmica do capital financeiro na atualidade mostra todos os principais condutores de capital fictício em franca expansão. Ao mesmo tempo, o crescimento econômico avança em marcha contida, visto que as atividades especulativas, dominantes, atuam como fortes redutores da acumulação produtiva. O mundo da decantada *terceira revolução industrial* reduz-se, assim, a um quadro marcado pelo desemprego, pelas crises recorrentes ou pelo crescimento a taxas não muito distantes da estagnação.

Essa situação coloca dois problemas importantes na pauta de discussões: um deles relaciona-se à perspectiva de ocorrência, em algum ponto do futuro, da inevitável deflação dos ativos financeiros artificialmente inflados, depurando-se, por vias traumáticas, a riqueza real da sua carga fictícia. Esse sombrio prognóstico que as tendências em curso projetam sobre o horizonte é a contrapartida para o aparente milagre que parece reproduzir-se a cada dia, quando a riqueza patrimonial líquida aparenta brotar dela mesma, num autodesenvolvimento, num vôo autônomo da moeda em relação à base produtiva da sociedade.

O *crash* recente, que das economias asiáticas irradiou-se para todo o mundo capitalista, provocando no Brasil um novo giro na espiral dos juros, piorando o déficit público e aprofundando políticas governamentais recessivas, pode ser entendido como um sinal dos tempos.

O segundo problema suscitado pela dominação do capital fictício diz respeito ao fato, já observado por Marx no *O Capital*, de que o fortalecimento ou enfraquecimento do capitalista prestamista, dono do capital portador de juros, frente ao capitalista industrial, envolve a correlação de forças entre as respectivas frações do capital. Quando a alta dos juros se torna duradoura e as atividades especulativas se fortalecem, está havendo uma redistribuição da mais-valia extraída aos trabalhadores, favoravelmente ao capital rentista.

Portanto, a dominação do capital fictício envolve conflitos entre capitalistas e essa circunstância deve traduzir-se em impactos específicos nas esferas do poder político. Essa interessante questão extrapola, contudo, os limites do presente artigo e poderá ser assunto para observações posteriores.

O que se deve anotar desde já, contudo, é uma curiosa analogia histórica, que aparece ao deixar-se o contexto maior da economia mundial para adentrar-se na análise sobre a especificidade brasileira. É que o Brasil de hoje, ao privilegiar os ganhos especulativos, ao sancionar a era de ouro do capital rentista, evoca paralelos com um cenário de aproximadamente cem anos atrás, quando a República anunciava entre nós a sua chegada. O célebre episódio do Encilhamento, com o Ministro Rui Barbosa permitindo que os bancos transformassem os títulos da dívida pública em base para emissões, desencadeando uma frenética especulação bursátil, pode ser lembrado como experiência precursora de dominância do capital fictício.

Mas o Encilhamento de 1889/91 pôde ser reabilitado, em algumas teses acadêmicas, por ter repercutido positivamente sobre o desenvolvimento industrial nascente. Hoje, ao contrário, a grande comemoração em torno das altas taxas de juros produz no País uma modalidade de dominação dos interesses rentistas seguramente distante de qualquer auge industrial.

As vistosas reservas ostentadas pelo País não dão cobertura para uma elevação significativa dos investimentos de longo prazo, vinculados a uma elevação da capacidade produtiva da indústria. Os bancos põem em destaque, nas suas demonstrações contábeis, novos recordes em transações com a "indústria dos fundos". Já as rubricas representativas do capital de empréstimo continuam em patamares muito baixos, fato que talvez cause espécie aos incautos, mas que guarda perfeita coerência com a lógica predominante do capital fictício.

(Gazeta Mercantil, 8 de janeiro de 1998).